

GLP Q
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
GLP Q Participações S.A**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP Q Participações S.A, (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP Q Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia atua em fase pré-operacional e não está gerando receitas decorrentes de suas atividades. Desta forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

GLP Q Participações S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Impostos e contribuições a compensar		2	5
Adiantamento a fornecedores	5	<u>7</u>	<u>1</u>
Total dos ativos circulantes		<u>9</u>	<u>6</u>
Não circulante			
Contas a receber - partes relacionadas	8	425	44
Outros ativos	6	<u>4.369</u>	<u>9.822</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>4.794</u>	<u>9.866</u>
Total do ativo		<u>4.803</u>	<u>9.872</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Contas a pagar	9	42	132
Obrigações fiscais		<u>23</u>	<u>30</u>
Total dos passivos circulantes		<u>65</u>	<u>162</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10	15.820	13.365
Prejuízos acumulados	10	<u>(11.082)</u>	<u>(3.655)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>4.738</u>	<u>9.710</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.803</u>	<u>9.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto pelo lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	<u>(7.436)</u>	<u>(858)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(7.436)</u>	<u>(858)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(1)	(1)
Receitas financeiras		<u>10</u>	<u>7</u>
Resultado financeiro líquido	12	<u>9</u>	<u>6</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(7.427)</u>	<u>(852)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(7.427)</u></u>	<u><u>(852)</u></u>
Prejuízo por ação		0,2908	0,0548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	<u>(7.427)</u>	<u>(852)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(7.427)</u></u>	<u><u>(852)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social		Prejuízos acumulados	Total Patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		15.536	(5.951)	(2.803)	6.782
Prejuízo líquido do exercício	10	-	-	(852)	(852)
Integralização de capital	10	-	3.780	-	3.780
Saldos em 31 de dezembro de 2022		15.536	(2.171)	(3.655)	9.710
Prejuízo líquido do exercício	10	-	-	(7.427)	(7.427)
Aumento de capital	10	10.000	(10.000)	-	-
Integralização de capital	10	-	2.455	-	2.455
Saldos em 31 de dezembro de 2023		25.536	(9.716)	(11.082)	4.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

GLP Q Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.427)	(852)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	-	-
Baixas outros ativos não circulantes	7.202	
Varição nos ativos operacionais:		
Adições (reduções) a outros ativos não circulantes	(1.749)	(2.783)
Contas a receber - partes relacionadas	(381)	551
Impostos e contribuições a compensar	3	(1)
Adiantamento de fornecedor	(6)	(1)
Varição nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(90)	(690)
Obrigações fiscais	(7)	(4)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(2.455)</u>	<u>(3.780)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital social	<u>2.455</u>	<u>3.780</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>2.455</u>	<u>3.780</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	-	-
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A GLP Q Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A Companhia é utilizada pelo Grupo para a realização de estudos de viabilidades de novos negócios, que serão incorporados pelas demais companhias do Grupo.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$56 (R\$156 negativo em 2022) decorrente do volume de gastos necessários para estudos de viabilidade de novos negócios. Devido a política de caixa mínimo da Companhia, caso haja necessidade serão efetuados aportes para garantir a liquidação de suas obrigações

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2024.

3.2 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, as provisões para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis.

3.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

3.4 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável,

após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.6 Prejuízo básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)
	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32)
23 de maio de 2023	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2023.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26).
	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40).
	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

5 Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (a)	7	1
(a) Prestação de serviços advocatícios.		

6 Outros ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Custos de novos empreendimentos (a)	4.369	9.822

(a) Custos referentes a estudos de novos empreendimentos para futura aquisição de terrenos/edificações.

Durante a fase de estudos de viabilidade de novos negócios do grupo GLP, as despesas são concentradas nos projetos relacionais a futuras propriedades para investimentos. Quando o projeto tem definida a compra, é realizada a transferência dos custos incorridos para as empresas proprietárias dos ativos que realizam o reembolso para a Companhia. Caso o projeto seja cancelado, ocorre a baixa no resultado da Companhia.

Movimentação de outros ativos

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas (a)	Reembolsos	Saldo em 31/12/2023
Estudos de novos projetos	3.491	900	(3.885)	(500)	6
Projeto Duque de Caxias	86	-	(86)	-	-
Projeto Cajamar (Bom Sucesso)	1.271	-	-	-	1.271
Projeto Contagem	982	61	-	-	1.043
Projeto Barueri	1.711	13	-	-	1.724
Projeto Veleiros	76	-	(76)	-	-
Projeto Mooca	38	-	-	(38)	-
Projeto Guarulhos Rodoanel	103	-	(103)	-	-
Projeto Eusébio	641	-	(641)	-	-
Projeto Jaboatão	578	-	(580)	2	-
Projeto Klabin	488	-	-	(488)	-
Projeto Osasco Leilão	80	-	(80)	-	-
Projeto Santo André	277	401	(678)	-	-
Projeto Ceasa Contagem	-	144	(144)	-	-
Projeto Vinhedo Coteminas	-	454	(454)	-	-
Projeto SBC Ford	-	475	(475)	-	-
Projeto Embu Uniao Química	-	325	-	-	325
Total	9.822	2.773	(7.202)	(1.024)	4.369

(a) Projetos Duque de Caxias, Veleiros, Guarulhos Rodoanel, Eusébio, Jaboatão, Osasco leilão, Santo André, Ceasa Contagem, Vinhedo Coteminas e SBC Ford foram cancelados e baixados.

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Estudos de novos projetos	2.469	1.022	-	3.491
Projeto Duque de Caxias	86	-	-	86
Projeto Cajamar (Bom Sucesso)	1.271	-	-	1.271
Projeto Contagem	901	81	-	982
Projeto Barueri	1.569	142	-	1.711
Projeto Veleiros	76	-	-	76
Projeto Mooca	-	38	-	38
Projeto Guarulhos Rodoanel	103	-	-	103
Projeto Eusébio	314	327	-	641
Projeto Jaboatão	250	328	-	578
Projeto Klabin	-	488	-	488
Projeto Osasco Leilão	-	80	-	80
Projeto Santo André	-	277	-	277
Total	7.039	2.783	-	9.822

7 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos, que tenham sido classificadas como provável ou possível, conforme seus assessores jurídicos.

8 Partes relacionadas

Os valores no ativo não circulante estão baseados em contratos, sem incidência de encargos financeiros, atualização monetária, e não possuem prazo de vencimento.

Contas a receber	31.12.2023	31.12.2022
REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.	157	-
REC Guarulhos II S.A.	67	-
REC LOG 411 S.A.	47	-
GLP V Participações S.A.	44	44
Caelum Participações S.A.	40	-
LPP III Empreendimentos e Participações S.A.	33	-
REC Regis Empreendimentos e Participações S.A.	33	-
REC Mooca Empreendimentos Imobiliários S.A.	4	-
Total	425	44

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Não houve qualquer pagamento para os administradores nos exercícios de 2023 e 2022

9 Contas a Pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	34	125
Provisões diversas	8	7
	<u>42</u>	<u>132</u>

10 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 está representado por R\$ 25.536 correspondentes a 25.535.774 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal (R\$ 15.536 correspondentes a 15.535.774 ações em 2022). Deste montante R\$ 15.820, correspondentes a 15.820.490 ações estavam totalmente integralizados em 2023 (R\$ 13.365 correspondentes a 13.365.291 ações em 2022). Foram integralizados durante o período o montante de R\$ 2.455 em 2023 (R\$ 3.780 em 2022).

Em ata de assembleia geral e extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social em 10.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal no montante de R\$ 10.000.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2023 e 2022, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

Prejuízo básico e diluído por ação

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(7.427)	(852)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	25.536	15.536
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,2908)	(0,0548)

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com projetos cancelados	(7.202)	-
Despesas com advogados, auditores e consultores	(234)	(857)
Outras despesas administrativas	-	(1)
Total	<u>(7.436)</u>	<u>(858)</u>

12 Resultado financeiro

	31.12.23	31.12.22
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	10	3
Outras receitas financeiras	-	4
Total	<u>10</u>	<u>7</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9</u>	<u>6</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 11.090 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados (R\$3.648 em 2022), para compensação com resultados tributáveis futuros. A Administração da Companhia registrará os referidos créditos quando da existência de projeções de lucros tributáveis futuros.

14 Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa mínimo, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Risco de gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido conforme nota nº10.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

Passivos financeiros	31/12/2023	31/12/2022	Classificação
Contas a pagar	42	132	Custo amortizado

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro significativo exposto a taxa de juros variável como (aplicações financeiras, contas a receber e dívidas).

15 Eventos subsequentes

O saldo de partes relacionadas foi quitado parcialmente no valor de R\$381 em 29 de janeiro de 2024.